

Carlin

4. A situação internacional e as suas incidências na política interna e externa da Guiné e de Cabo Verde

Como os camaradas sabem não vivemos isolados no mundo. Somos patriotas que trabalham afincadamente no interesse das vastas massas populares e não para um punhado de gentes que se aprovoitam da fome dos nossos povos. Mas, ao mesmo tempo, fazemos parte dum vasto movimento mundial. Não o podemos nem o devemos ignorar ou esquecer. Quer isto dizer que devemos aplicar na prática, na acção que empreendemos, nas atitudes que tomamos nas nossas relações com os outros, os princípios do nosso Partido, mas tendo sempre em conta a realidade em que vivemos e na qual nos movemos, o mundo que nos circunda e as diversas circunstâncias em que nos encontramos. Vivendo integralmente a nossa época e aceitando com consciência as responsabilidades que nos ca-
bom, sofremos no entanto a influência do meio que nos rodeia e, reciprocamente, também o influenciamos. É por isso que há inci-
dências da situação política e económica internacional na nossa e, vice-versa, a nossa acção, os resultados dela, também têm reflexos nas condições da luta no mundo por um futuro melhor para toda a Humanidade.

Um dos princípios estabelecidos no Programa do nosso Pertido é aquele a que se refere o Capítulo V no seu ponto I - isto é, o da adopção pelos nossos países de "um regime republicano, democrático, laico anticolonialista e anti-imperialista". Daí resultam tomadas de posições dos nossos governos tanto no plano interno como nas arenas internacionais. Mas, em consequência des

alterações verificadas na conjuntura internacional, como por exemplo a derrocada do colonialismo português, o clima de desanuviamen-
to que se instaurou entre as nações, os progressos do espírito de
cooperação, hoje, temos relações políticas, económicas, culturais e
diplomáticas com países de todos os regimes sociais, na base do
respeito da nossa soberania, da não interferência nos nossos assun-
tos internos e de vantagens comuns

Para a realização dos programas dos Governos da Guiné e Cabo
Verde é necessário um clima de paz e segurança. O desanuviamen-
to entre as nações, o espírito de cooperação que predomina e se alar-
ga entre elas é favorável a um tal objectivo. Por isso nós somos
pela distensão internacional e entendemos trabalhar para ela alar-
gando o nosso trabalho no seio das massas populares, reforçando o
prestígio do nosso Partido e dos nossos Estados junto das massas
e junto das mais diversas forças políticas dos outros países, con-
solidando o papel dirigente do nosso Partido junto das organiza-
ções de massas - a UNTC e a organização Sindical do Cabo Verde, a
JAAC e a organização das mulheres

À luz do conceito internacional de paz, segurança, coopera-
ção e igualdade de direitos entre as nações, fortalecemos os la-
ços de amizade e fraternidade que temos com os Estados vizinhos,
com a Argélia, a Líbia, com outros países do nosso Continente, e
particularmente, com os nossos irmãos dos antigos territórios das
colónias portuguesas.

Também reforçamos os laços de cooperação e amizade com os
países tradicionalmente nossos amigos e que nos apoiaram durante

a luta de libertação nacional. Nesse sentido, encetamos novas relações com Portugal novo, democrático, anti-fascista e anti-colonial resultante do movimento de 25 de Abril. O mesmo fizémos para com outros países da Europa e de outras partes do mundo merecendo especial menção as nossas boas relações com os países árabes. Com alguns destes países citados assinámos já Acordos de cooperação, e amizade, acordos culturais e comerciais.

A situação política internacional actual, as vitórias já alcançadas pelos povos em luta contra o imperialismo e o colonialismo, os sucessos registados pelo campo dos não-alinhados, de que fazemos parte, as acções empreendidas pelos povos do 3º Mundo na defesa dos seus interesses políticos e económicos, permitem-nos aplicar na prática os princípios do nosso Partido e continuar a afirmar de forma cada vez mais consequente as nossas opções anti-imperialistas e anti-colonialistas.

Porém, não podemos e não devemos tomar posições que comprometam a nossa soberania, que a ponham ostensivamente em perigo ou que originem situações de ameaça séria aos superiores interesses do nosso povo, tanto do ponto de vista político, como económico ou militar. Quer dizer, devendo ser firmes e fieis aos princípios, temos também de saber ser maleáveis. De acordo pois com o capítulo IX do Programa do nosso Partido, temos de seguir uma política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da Paz e do Progresso da Humanidade, levando a cabo "a colaboração pacífica com todos os povos do mundo, na base do

respeito mútuo, da soberania nacional, da integridade territorial, da não-agressão, da não-ingerência nos negócios interiores, da igualdade e reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica " É cada vez mais intensa, adquire mais extensão e organiza-se melhor a luta que travem os países do 3º mundo por uma nova ordem econômica internacional que lhes permita realizar o progresso e a felicidade dos respectivos povos e que seja mais justa e equitativa. Nós somos por essa nova ordem econômica internacional e lutamos também pelo seu estabelecimento.

A nova ordem econômica internacional poderia contribuir para resolver algumas das questões delicadas e difíceis a que a Humanidade hoje tem de fazer face : a fome, a doença, o analfabetismo, a proteção do meio ambiente, o atraso econômico, por exemplo

É por isso que temos marcado a nossa presença em todos os encontros e reuniões internacionais de natureza econômica que contribuam para se alcançar um tal objectivo. Dentro desse critério participá-mos nas sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas consagradas aos problemas das matérias-primas, nas reuniões destinadas a tornar uma realidade a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (C.E.D.E.A.O.), em reuniões da OUA consagradas a essa nova ordem econômica e nos trabalhos da 4ª Conferência das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento - (CNUCED) - que teve lugar em Nairobi, no Quênia. Por isso mesmo deveremos também tomar parte na Conferência Mundial do Desenvol-

vimento que se realizará no próximo mês de Outubro em Budapest, capital da Hungria.

É do nosso interesse não nos alhearmos das justas lutas que travam os povos pela sua independência económica. Tal participação, que aliás é favorecida pela conjuntura internacional presente, está de acordo com o princípio preconizado pelo nosso Partido no seu Programa, no capítulo VI, onde se fala da necessidade de "liquidação de todas as relações económicas do tipo colonialista e imperialista. Conquista da independência económica para a Guiné e Cabo Verde."

Estamos convencidos de que a luta dos países em vias de desenvolvimento por uma nova ordem económica internacional e para exercer o controlo absoluto sobre os seus próprios recursos naturais é uma luta vital para reforçar a situação de desanviamiento internacional.

A crise actual em que o mundo vive afecta também a nossa economia porque ela se faz repercutir pesadamente nas nossas importações, quando temos de pagar os artigos e os fretes mais caros, e nas nossas exportações, quando nos compram os nossos artigos, que não são produtos industrializados mas sim matérias primas essencialmente, a preços mais baratos. Ele se repercute naturalmente nos preços internos que temos que praticar, o que são uma consequência da inflação importada a que é difícil escapar. Em suma, ela afecta a melhoria das condições de vida do nosso povo, que é o nosso principal objectivo, mas que não depende apenas dos nossos esforços mas também de condições económicas objectivas existentes no mundo em que vivemos.

A situação de crise que existe em todos os países onde temos emigrantes, com a alta de preços dos bens de consumo e de primeira necessidade, com a situação de desemprego crescente, com a diminuição dos salários reais dos trabalhadores e, portanto, do seu poder de compra, tem reflexos na nossa situação econômica, porque contribui para uma diminuição da quantidade de divisas mandada para o país (os chamados invisíveis correntes), uma vez que, pela força das circunstâncias, há uma menor poupança. Isso repercute-se naturalmente na situação da nossa balança de pagamentos, a maior ou menor prazo.

Por outro lado, teremos de pagar mais caro a assistência técnica de que precisamos e de que viermos ainda a beneficiar, bem como o equipamento, as máquinas e instalações necessárias para fazermos marchar os nossos planos de desenvolvimento na agricultura, na indústria, etc

Prossigue, camaradas, a nossa política de não-alinhamento. A situação internacional dos nossos dias tem contribuído para um progresso gradual mas bem patente do não-alinhamento e, hoje, o movimento dos países não-alinhados constitui uma força poderosa. Este movimento que começou em 1961, apenas com 25 países, tem-se vindo a alargar e a fortalecer no decorrer dos anos. É assim que a Conferência dos Países Não-Alinhados reuniu em 1964 no Cairo 47 países; em Lusaka, em 1970, 53; em Argel, em 1973, 75; e agora, em Colombo, 84. Nestes últimos anos tem aumentado consideravelmente a força dos países não alinhados e dos países em vias de

desenvolvimento na arena internacional e, particularmente, no seio das Nações Unidas.

Na sua luta contra o imperialismo e pelo estabelecimento de uma paz justa e duradoura no mundo, os não-alinhados sempre defenderam o princípio da necessidade de não existência de bases militares estrangeiras nos seus territórios nacionais e se pronunciaram pela sua abolição. Este princípio está conforme com o Programa do nosso Partido que no ponto 4, do seu Capítulo VIII, referente à defesa nacional eficaz e ligada ao povo menciona expressamente a interdição absoluta de bases militares estrangeiros no nosso território nacional." Vamos continuar a seguir escrupulosamente este princípio, certos de que agindo assim contribuímos de forma eficaz para a defesa dos interesses do nosso povo, evitando que os nossos países se tornem numa causa ou num foco de tensão internacional, e para a preservação da paz no mundo.

Estas são algumas das considerações que tínhamos a fazer a respeito das incidências da situação política internacional na nossa política interna e externa.